

A — Estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça ¹

Actividade geral do Tribunal de Justiça

1. Processos findos, entrados, pendentes (1998-2002)

Processos findos

2. Espécies de processos (1998-2002)
3. Acórdãos, despachos, pareceres, (2002)
4. Formação de julgamento (2002)
5. Objecto dos processos (2002)
6. Processos de medidas provisórias: sentido da decisão (2002)
7. Acórdãos por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2002)
8. Duração dos processos (1998-2002)

Processos entrados

9. Espécies de processos (1998-2002)
10. Acções e recursos directos — Tipos de acções e recursos (2002)
11. Objecto dos processos (2002)
12. Acções por incumprimento de Estado (1998-2002)

Processos pendentes em 31 de Dezembro

13. Espécies de processos (1998-2002)
14. Formação de julgamento (2002)

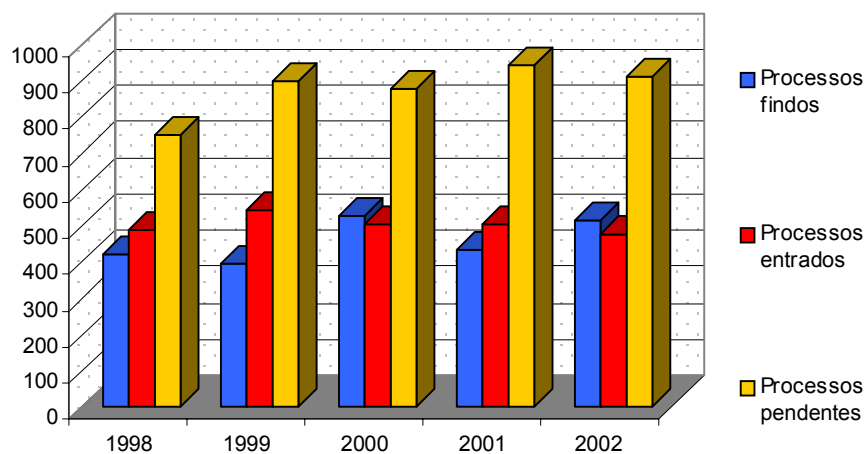
Evolução geral da actividade judicial (1952-2002)

15. Processos entrados e acórdãos
16. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano)
17. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)
18. Acções por incumprimento de Estado entradas

¹ A instalação, em 2002, de novos programas informáticos permitiu a apresentação das estatísticas no Relatório Anual segundo critérios de evidência. Os quadros e gráficos puderam ser revistos e melhorados em grande parte, com algumas adaptações. Procurou-se manter, na medida do possível, a coerência com os quadros dos anos anteriores.

Actividade geral do Tribunal de Justiça

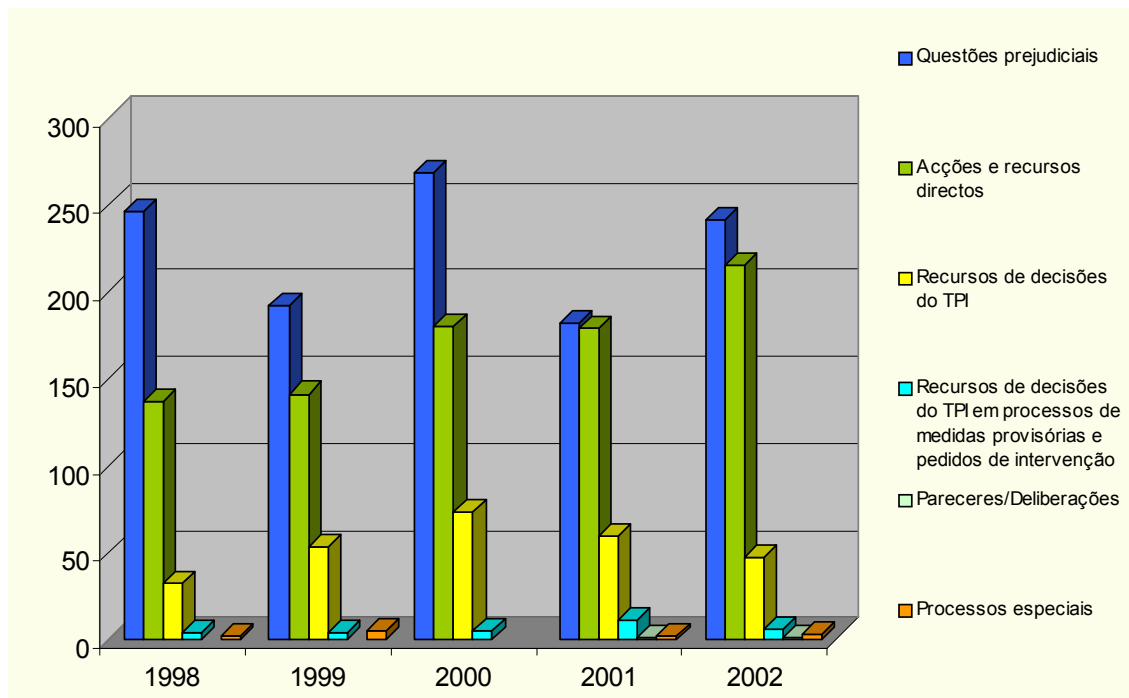
1. Processos findos, entrados, pendentes (1998 – 2002) ¹



	1998	1999	2000	2001	2002
Processos findos	420	395	526	434	513
Processos entrados	485	543	503	504	477
Processos pendentes	748	896	873	943	907

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

Processos findos

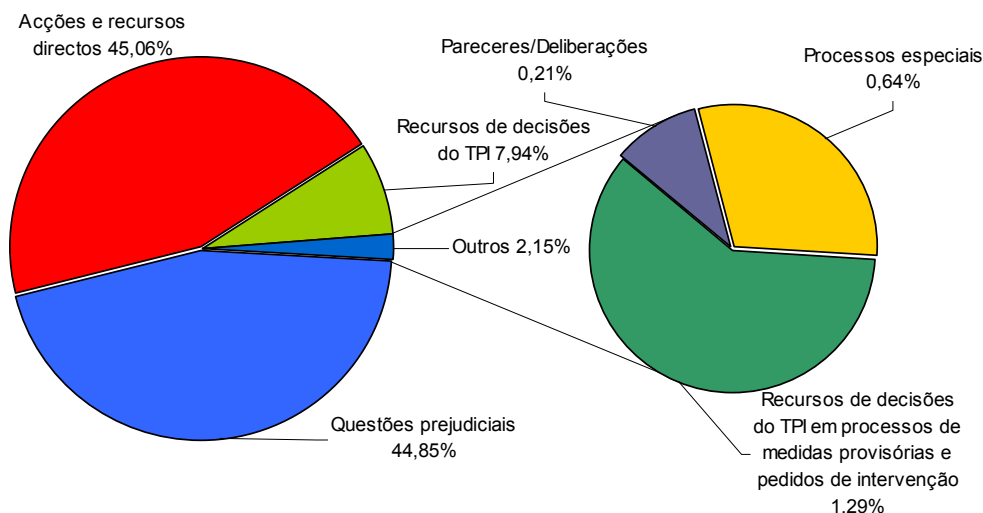
2. Espécies de processos (1998 – 2002)^{1 2}

	1998	1999	2000	2001	2002
Questões prejudiciais	246	192	268	182	241
Acções e recursos directos	136	141	180	179	215
Recursos de decisões do TPI	32	53	73	59	47
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	4	4	5	11	6
Pareceres/Deliberações				1	1
Processos especiais	2	5		2	3
Total	420	395	526	434	513

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

² Consideram-se «processos especiais»: fixação das despesas (artigo 74.º do Regulamento de Processo); assistência judiciária (artigo 76.º do Regulamento de Processo); oposição a um acórdão (artigo 94.º do Regulamento de Processo); oposição de terceiros (artigo 97.º do Regulamento de Processo); interpretação de um acórdão (artigo 102.º do Regulamento de Processo); revisão de um acórdão (artigo 98.º do Regulamento de Processo); rectificação de um acórdão (artigo 66.º do Regulamento de Processo); penhora (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades); processos em matéria de imunidades (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades).

3. Acórdãos, pareceres e despachos (2002) ¹



	Acórdãos	Despachos com carácter jurisdicional ²	Despachos de medidas provisórias ³	Outros despachos ⁴	Pareceres	Total
Questões prejudiciais	131	22		56		209
Acções e recursos directos	120	1	1	88		210
Recursos de decisões do TPI	17	15	1	4		37
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção			4	2		6
Pareceres/Deliberações					1	1
Processos especiais	1	1		1		3
Total	269	39	6	151	1	466

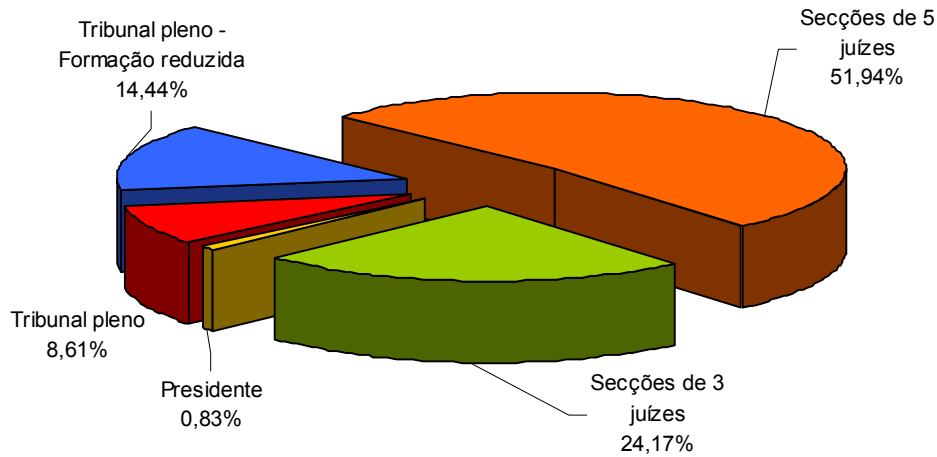
¹ Os números referidos (números líquidos) representam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

² Despachos com carácter jurisdicional que põem termo à instância (inadmissibilidade, inadmissibilidade manifesta...).

³ Despachos proferidos na sequência de um pedido baseado nos artigos 185.º ou 186.º do Tratado CE (actuais artigos 242.º CE e 243.º CE), no artigo 187.º do Tratado CE (actual artigo 244.º CE) ou nas disposições correspondentes dos Tratados EA e CA, ou ainda na sequência de um recurso contra um despacho do TPI num processo de medidas provisórias ou sobre um pedido de intervenção.

⁴ Despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI.

4. Processos findos — Formação de julgamento ¹



	Acórdãos / Pareceres	Despachos ²	Total
Tribunal pleno	27	4	31
Tribunal pleno - Formação reduzida	52		52
Secções de 5 juízes	177	10	187
Secções de 3 juízes	60	27	87
Presidente		3	3
Total	316	44	360

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

² Com carácter jurisdicional, que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI).

5. Processos findos — Objecto dos processos (2002) ¹

	Acórdãos/Pareceres	Despachos ²	Total
Adesão de novos Estados	1		1
Agricultura	36	2	38
Ambiente e consumidores	38	2	40
Aproximação das legislações	20	3	23
Auxílios de Estado	15	2	17
Concorrência	13	1	14
Convenção de Bruxelas	7	2	9
Direito das sociedades	6	4	10
Direito institucional	2	3	5
Energia	1		1
Fiscalidade	22	3	25
Liberdade de estabelecimento	8	3	11
Livre circulação de capitais	24		24
Livre circulação de mercadorias	7		7
Livre circulação de pessoas	10		10
Livre prestação de serviços	13	3	16
Pauta aduaneira comum	7		7
Política comercial	1		1
Política da pesca	10		10
Política industrial	4		4
Política regional	1		1
Política social	11	2	13
Princípios de direito comunitário	4		4
Propriedade intelectual	1		1
Recursos próprios das Comunidades	1		1
Relações externas	7		7
Segurança social dos trabalhadores migrantes	11	1	12
Transportes	23	2	25
União aduaneira	2	1	3
Tratado CE	306	34	340
Tratado CA	3	1	4
Tratado EA	2	1	3
Estatuto dos Funcionários	4	7	11
Processo	1	1	2
Diversos	5	8	13
TOTAL GÉRAL	316	44	360

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

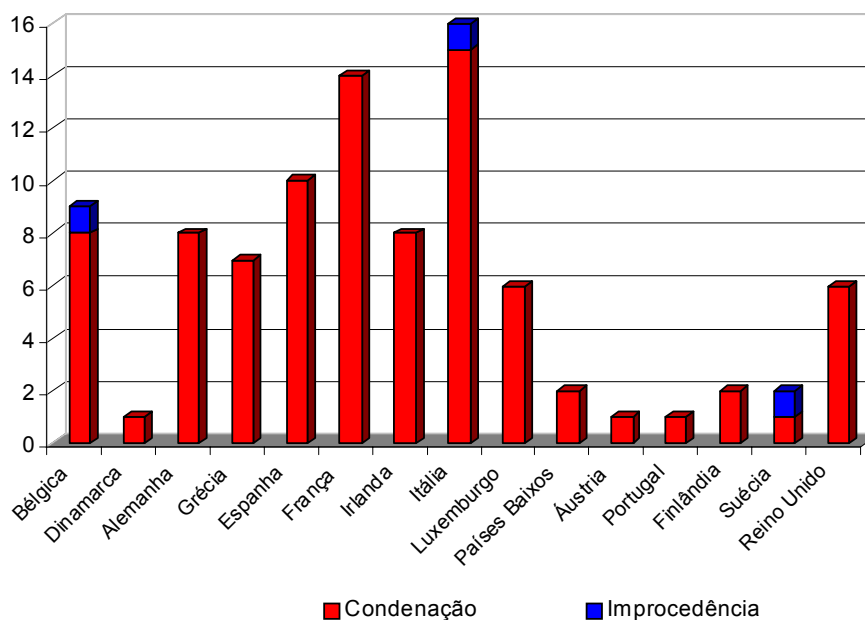
² Com carácter jurisdicional que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI).

6. Processos de medidas provisórias: sentido da decisão (2002) ¹

	Número de processos de medidas provisórias	Número de recursos de decisões em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Sentido da decisão	
			Indeferimento/ Confirmação da decisão impugnada	Deferimento/ Anulação da decisão impugnada
Adesão de novos Estados	1		1	
Ambiente e consumidores		1		1
Auxílios de Estado		1	1	
Concorrência		3	3	
Direito institucional	1		1	
Total Tratado CE	2	5	6	1
Tratado CA				
Tratado EA				
Diversos		1	1	
TOTAL GERAL	2	6	7	1

¹ Os números referidos (números líquidos) representam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

7. Processos findos — Acções por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2002) ¹

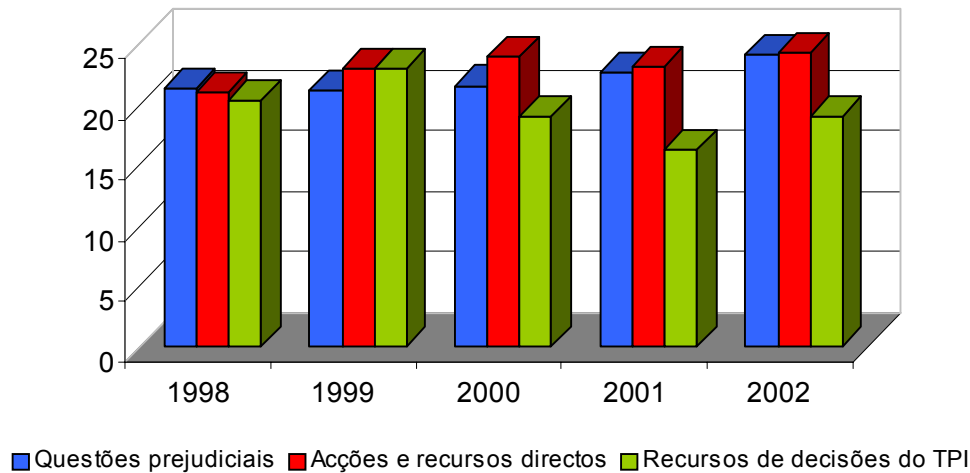


	Condenação	Improcedência	Total
Bélgica	8	1	9
Dinamarca	1		1
Alemanha	8		8
Grécia	7		7
Espanha	10		10
França	14		14
Irlanda	8		8
Itália	15	1	16
Luxemburgo	6		6
Países Baixos	2		2
Áustria	1		1
Portugal	1		1
Finlândia	2		2
Suécia	1	1	2
Reino Unido	6		6
Total	90	3	93

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

8. Processos findos — Duração dos processos (1998 – 2002) ¹

(acórdãos e despachos com carácter jurisdicional) ²



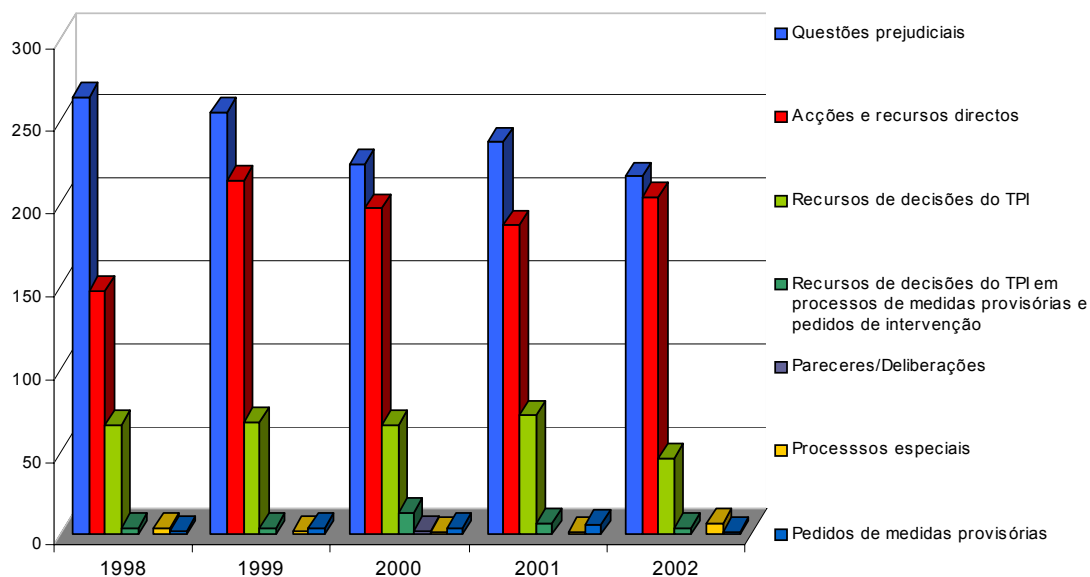
	1998	1999	2000	2001	2002
Questões prejudiciais	21,4	21,2	21,6	22,7	24,1
Acções e recursos directos	21	23	23,9	23,1	24,3
Recursos de decisões do TPI	20,3	23	19	16,3	19,1

¹ Estão excluídos dos cálculos sobre a duração dos processos: os processos em que foi proferido um acórdão interlocutório ou ordenada uma diligência de instrução; os pareceres e deliberações; os processos especiais (a saber: fixação das despesas, assistência judiciária, oposição a um acórdão, oposição de terceiros, interpretação de um acórdão, revisão de um acórdão, rectificação de um acórdão, processo de penhora e processos em matéria de imunidades); os processos que terminam por um despacho de cancelamento, de inutilidade superveniente da lide, de remessa ou de transferência para o Tribunal de Primeira Instância; os processos de medidas provisórias bem como os recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e sobre pedidos de intervenção.

A duração é expressa em meses e décimos de mês.

² Não inclui os despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao Tribunal de Primeira Instância.

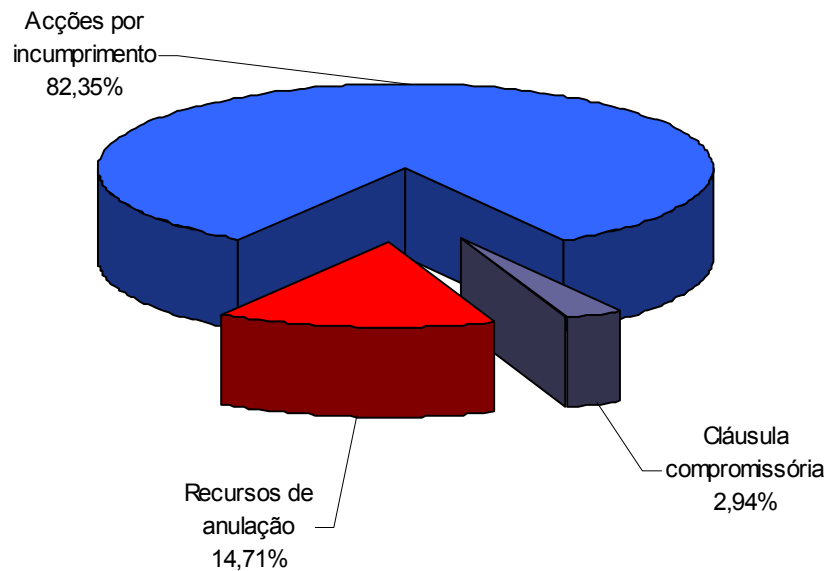
Processos entrados

9. Espécies de processos (1998 – 2002) ¹

	1998	1999	2000	2001	2002
Questões prejudiciais	264	255	224	237	216
Acções e recursos directos	147	214	197	187	204
Recursos de decisões do TPI	66	68	66	72	46
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	4	4	13	7	4
Pareceres/Deliberações			2		
Processos especiais	4	2	1	1	7
Total	485	543	503	504	477
Pedidos de medidas provisórias	2	4	4	6	1

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

10. Processos entrados — Acções e recursos directos — Espécies de recursos (2002) ¹



Recursos de anulação	30
Acções por omissão	
Acções de indemnização	
Acções por incumprimento	168
Cláusula compromissória	6
Total	204

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

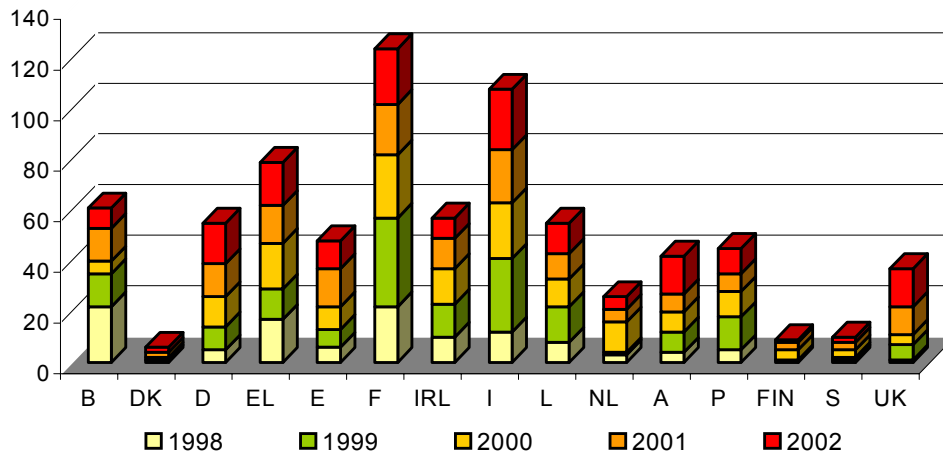
11. Processos entrados ¹ — Objecto dos processos (2002) ²

	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recusos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Processos especiais
Adesão de novos Estados	1	1			2	
Agricultura	27	21	5		53	
Ambiente e consumidores	57	14			71	
Aproximação das legislações	14	24			38	
Auxílios de Estado	8	3	6	1	18	
Cidadania europeia	1	3			4	
Concorrência	1	1	11		13	
Convenção de Bruxelas		10			10	
Direito das sociedades	5	10			15	
Direito institucional	9		6		15	
Energia	2				2	
Fiscalidade	6	30			36	
Liberdade de estabelecimento	4	8			12	
Livre circulação de capitais		3			3	
Livre circulação de mercadorias	5	9			14	
Livre circulação de pessoas	12	9			21	
Livre prestação de serviços	12	16			28	
Pauta aduaneira comum		4			4	
Política comercial		1	1		2	
Política da pesca	5				5	
Política industrial	10				10	
Política social	8	14	1		23	
Princípios de direito comunitário		1			1	
Propriedade intelectual	2		6		8	
Recursos próprios das Comunidades	2				2	
Relações externas	1	9			10	
Segurança social dos trabalhadores		10			10	
Transportes	7	2			9	
União aduaneira	1	12			13	
Tratado CE	200	215	36	1	452	
Tratado CA			4		4	
Tratado EA	4				4	
Estatuto dos Funcionários		1	6	3	10	
Privilégios e Imunidades						1
Processo						6
Diversos		1	6	3	10	7
TOTAL GERAL	204	216	46	4	470	7

¹ Fora os processos de medidas provisórias.

² Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

12. Processos entrados — Acções por incumprimento de Estado (1998-2002) ¹



	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	TOTAL ²
1998	22	1	5	17	6	22	10	12	8	3	4	5	1	1	1	118
1999	13	1	9	12	7	35	13	29	14	1	8	13		1	6	162
2000	5		12	18	9	25	14	22	11	12	8	10	4	3	4	157
2001	13	2	13	15	15	20	12	21	10	5	7	7	3	3	11	157
2002	8	2	16	17	11	22	8	24	12	5	15	10	1	2	15	168

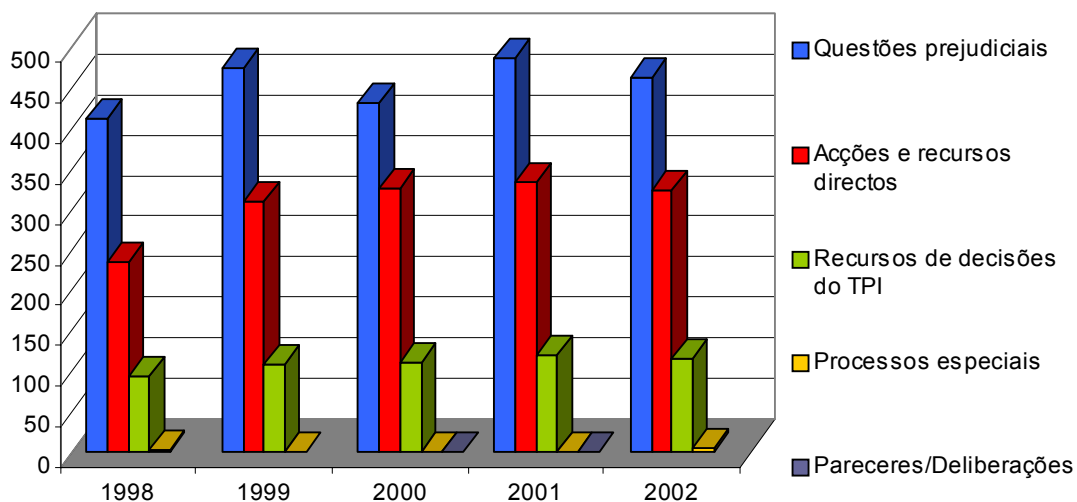
¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

Artigos 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 226.º CE, 227.º CE, 228.º CE e 298.º CE), artigos 141.º, 142.º, 143.º EA e artigo 88.º CA.

² Não houve nestes anos nenhuma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE).

Processos pendentes em 31 de Dezembro ¹

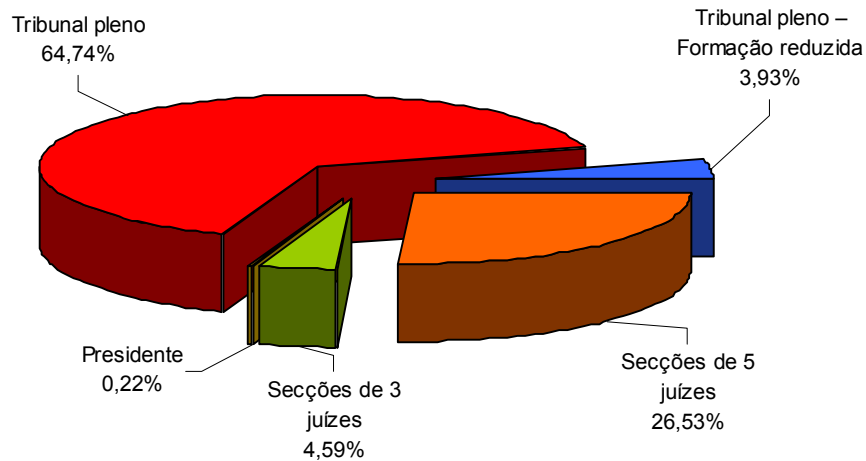
13. Espécies de processos (1998 – 2002)



	1998	1999	2000	2001	2002
Questões prejudiciais	413	476	432	487	462
Acções e recursos directos	236	309	326	334	323
Recursos de decisões do TPI	95	110	111	120	117
Processos especiais	4	1	2	1	5
Pareceres/Deliberações			2	1	
Total	748	896	873	943	907

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

14. Processos pendentes em 31 de Dezembro — Formação de julgamento (2002) ¹



	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Outros processos	Total
Tribunal pleno	238	279	75	1	593
Tribunal pleno – Formação reduzida	4	23	9		36
Secções de 5 juizes	62	142	30		234
Secções de 3 juizes	19	18	1	4	42
Presidente			2		2
Total	323	462	117	5	907

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

*Evolução geral da actividade judicial (1952 – 2002)***15. Processos entrados e acórdãos**

Anos	Processos entrados ¹						Acórdãos ²
	Acções e recursos directos ³	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Pedidos de medidas provisórias	
1953	4				4	-	-
1954	10				10	-	2
1955	9				9	2	4
1956	11				11	2	6
1957	19				19	2	4
1958	43				43	-	10
1959	47				47	5	13
1960	23				23	2	18
1961	25	1			26	1	11
1962	30	5			35	2	20
1963	99	6			105	7	17
1964	49	6			55	4	31
1965	55	7			62	4	52
1966	30	1			31	2	24
1967	14	23			37	-	24
1968	24	9			33	1	27
1969	60	17			77	2	30
1970	47	32			79	-	64
1971	59	37			96	1	60
1972	42	40			82	2	61
1973	131	61			192	6	80
1974	63	39			102	8	63
1975	61	69			130	5	78
1976	51	75			126	6	88
1977	74	84			158	6	100
1978	145	123			268	7	97
1979	1216	106			1322	6	138
1980	180	99			279	14	132
1981	214	108			322	17	128
1982	216	129			345	16	185
1983	199	98			297	11	151
1984	183	129			312	17	165
1985	294	139			433	22	211
1986	238	91			329	23	174
1987	251	144			395	21	208
1988	194	179			373	17	238
1989	246	139			385	20	188
1990	222	141	15	1	379	12	193
1991	142	186	13	1	342	9	204
1992	253	162	24	1	440	4	210
1993	265	204	17	-	486	13	203
1994	128	203	12	1	344	4	188
1995	109	251	46	2	408	3	172
1996	132	256	25	3	416	4	193
1997	169	239	30	5	443	1	242
1998	147	264	66	4	481	2	254
1999	214	255	68	4	541	4	235
2000	199	224	66	13	502	4	273
2001	187	237	72	7	503	5	244
2002	204	216	46	4	470	1	269
Total	7027	4834	500	46	12407	327	5782

¹ Números brutos; processos especiais excluídos.

² Números líquidos.

³ Pareceres incluídos.

⁴ Desde 1990, os recursos de funcionários são interpostos no Tribunal de Primeira Instância.

16. Evolução geral da actividade judicial (1952 – 2002) — Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano) ¹

	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	Benelux ²	Total
1961	-		-			-		-	-	1							1
1962	-		-			-		-	-	5							5
1963	-		-			-		-	1	5							6
1964	-		-			-		2	-	4							6
1965	-		4			2		-	-	1							7
1966	-		-			-		-	-	1							1
1967	5		11			3		-	1	3							23
1968	1		4			1		1	-	2							9
1969	4		11			1		-	1	-							17
1970	4		21			2		2	-	3							32
1971	1		18			6		5	1	6							37
1972	5		20			1		4	-	10							40
1973	8	-	37			4	-	5	1	6					-		61
1974	5	-	15			6	-	5	-	7					1		39
1975	7	1	26			15	-	14	1	4					1		69
1976	11	-	28			8	1	12	-	14					1		75
1977	16	1	30			14	2	7	-	9					5		84
1978	7	3	46			12	1	11	-	38					5		123
1979	13	1	33			18	2	19	1	11					8		106
1980	14	2	24			14	3	19	-	17					6		99
1981	12	1	41	-		17	-	11	4	17					5		108
1982	10	1	36	-		39	-	18	-	21					4		129
1983	9	4	36	-		15	2	7	-	19					6		98
1984	13	2	38	-		34	1	10	-	22					9		129
1985	13	-	40	-		45	2	11	6	14					8		139
1986	13	4	18	2	1	19	4	5	1	16		-			8		91
1987	15	5	32	17	1	36	2	5	3	19		-			9		144
1988	30	4	34	-	1	38	-	28	2	26		-			16		179
1989	13	2	47	2	2	28	1	10	1	18		1			14		139
1990	17	5	34	2	6	21	4	25	4	9		2			12		141
1991	19	2	54	3	5	29	2	36	2	17		3			14		186
1992	16	3	62	1	5	15	-	22	1	18		1			18		162
1993	22	7	57	5	7	22	1	24	1	43		3			12		204
1994	19	4	44	-	13	36	2	46	1	13		1			24		203
1995	14	8	51	10	10	43	3	58	2	19	2	5	-	6	20		251
1996	30	4	66	4	6	24	-	70	2	10	6	6	3	4	21		256
1997	19	7	46	2	9	10	1	50	3	24	35	2	6	7	18		239
1998	12	7	49	5	55	16	3	39	2	21	16	7	2	6	24		264
1999	13	3	49	3	4	17	2	43	4	23	56	7	4	5	22		255
2000	15	3	47	3	5	12	2	50	-	12	31	8	5	4	26	1	224
2001	10	5	53	4	4	15	1	40	2	14	57	4	3	4	21		237
2002	18	8	59	7	3	8	-	37	4	12	31	3	7	5	14	-	216
Total	453	97	132	70	137	646	42	751	52	554	234	53	30	41	352	1	483

¹ Artigos 177.º do Tratado CE (actual artigo 234.º CE), 41.º CA, 150.º EA, Protocolo 1971.

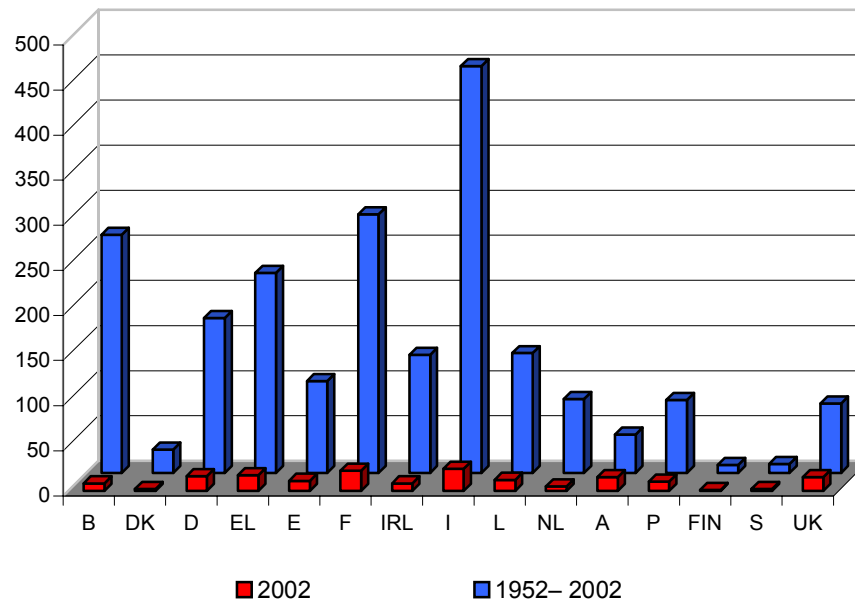
² Processo C-265/00, Campina Melkunie.

17. Evolução geral da actividade judicial (1952 – 2002) Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)

Bélgica	Cour de cassation	56	TOTAL
	Cour d'arbitrage	1	
	Conseil d'État	25	
	Outros órgãos jurisdicionais	371	
Dinamarca	Højesteret	17	97
	Outros órgãos jurisdicionais	80	
Alemanha	Bundesgerichtshof	85	1321
	Bundesarbeitsgericht	4	
	Bundesverwaltungsgericht	55	
	Bundesfinanzhof	198	
	Bundessozialgericht	69	
	Staatsgerichtshof	1	
Grécia	Outros órgãos jurisdicionais	909	70
	Cour de cassation	3	
	Conseil d'État	8	
Espanha	Autres juridictions	59	137
	Tribunal Supremo	9	
	Audiencia Nacional	1	
	Juzgado Central de lo Penal	7	
França	Outros órgãos jurisdicionais	120	646
	Cour de cassation	65	
	Conseil d'État	26	
Irlanda	Outros órgãos jurisdicionais	555	42
	Supreme Court	12	
	High Court	15	
Itália	Outros órgãos jurisdicionais	15	751
	Corte suprema di Cassazione	77	
	Consiglio di Stato	39	
	Outros órgãos jurisdicionais	635	
Luxemburgo	Cour supérieure de justice	10	52
	Conseil d'État	13	
	Cour administrative	2	
	Outros órgãos jurisdicionais	27	
Países Baixos	Raad van State	42	554
	Hoge Raad der Nederlanden	114	
	Centrale Raad van Beroep	42	
	College van Beroep voor het Bedrijfsleven	101	
	Tariefcommissie	34	
	Outros órgãos jurisdicionais	221	
	Outros órgãos jurisdicionais	123	
Verfassungsgerichtshof	3		
Oberster Gerichtshof	48		
Bundesvergabeamt	20		
Verwaltungsgerichtshof	37		
Vergabekontrollsenat	3		
Outros órgãos jurisdicionais	123	53	
Supremo Tribunal Administrativo	29		
Administrativo	24		
Finlândia	Outros órgãos jurisdicionais	10	30
	Korkein hallinto-oikeus	3	
	Korkein oikeus	3	
Suécia	Outros órgãos jurisdicionais	17	41
	Högsta Domstolen	3	
	Marknadsdomstolen	3	
	Regeringsrätten	11	
	Outros órgãos jurisdicionais	24	
Reino Unido	House of Lords	29	352
	Court of Appeal	26	
	Outros órgãos jurisdicionais	297	
Benelux	Cour de justice/Gerechtshof	1	1
Total			4834

¹ Processo C-265/00, Campina Melkunie.

18. Evolução geral da actividade judicial (1952-2002) — Acções por incumprimento de Estado entradas ¹



	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	Total
2002	8	2	16	17	11	22	8	24	12	5	15	10	1	2	15	168
1952-2002	264	26	172	222	102	287	131	451	133	82	43	81	9	10	77	2090

Entre as acções intentadas contra a Espanha, figura uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), interposta pela Bélgica.

Entre as acções intentadas contra a França, figura uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), interposta pela Irlanda.

Entre as acções intentadas contra o Reino Unido, figuram duas acções com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), interpostas respectivamente pela França e pela Espanha.

¹ Artigos 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 226.º CE, 227.º CE, 228.º CE e 298.º CE), artigos 141.º, 142.º, 143.º EA e artigo 88.º CA.